



# Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE ABRIL DE 1996

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO  
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI  
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB .....	Deputado TOTI COLAÇO
PFL .....	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT .....	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB .....	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS

## Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Berlinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Cafeto Quintana - Luiz Cláudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1996  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Albórgheffi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Albórgheffi, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/SEEG/070/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 201/95, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, por julgá-lo inconstitucional. A Comissão de Constituição e Justiça,

Sob o nº CTL/SEEG/074/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 243/95, de autoria do Deputado Walmor

Trentini, por julgá-lo contrário ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/SEEG/062, 063, 064, 065, 066, 067, 071, 072 e 073/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

335/95: De autoria da Deputada Irondi Pugliesi que, autoriza isenção da "taxa da Cédula de Identidade", para estudantes de 1º e 2º graus, da Rede Pública Estadual, convocados para disputa das competições que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.355. **Anote-se - Arquive-se.**

495/95: De autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Poetas e Escritores e Jornal da Poesia, com sede e foro em Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.356. **Anote-se - Arquive-se.**

311/95: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública o Lar Menino Jesus, com sede e foro na Cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.357. **Anote-se - Arquive-se.**

533/95: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região - AMATRA IX, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.358. **Anote-se - Arquive-se.**

493/95: De autoria do Deputado Valdir Rossoni que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro em União da Vitória, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.359. **Anote-se - Arquive-se.**

137/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Ciclista, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.360. **Anote-se - Arquive-se.**

434/95: Do Poder Executivo que, eleva para 12 o número de representantes de entidades mencionadas no inciso XI, do art. 2º, da Lei nº 9.579, de 22.03.91, alterada pelas Leis nºs 10.014/92 e 11.136/95 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.361. **Anote-se - Arquive-se.**

435/95: Do Poder Executivo que, dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o

Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.362. **Anote-se - Arquite-se.**

462/95: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública a Associação Assistencial de Santa Mariana, com sede e foro na Comarca de Santa Mariana - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.363. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº 201/96, do Senhor Luiz Masaru Hayakawa, Diretor Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, encaminhando prestação de contas da COMEC, referente ao exercício de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 075/96, do Senhor Abel José Baetel - Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando prestação de contas do DETO, referente ao exercício de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 439/96, do Senhor Jackson Proença Testa - Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade Estadual, exercício de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 156/96, do Senhor Luiz Antonio de Souza - Reitor da Fundação Universidade Estadual de Maringá, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício de 1995. **Ao conhecimento da Casa.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder e formulado à família enlutada um voto de profundo pesar pelo falecimento do radialista José Vicente Gonçalves, ocorrido nesta Capital, no dia 28 de abril próximo passado.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Com mais de 35 anos dedicados ao rádio-jornalismo paranaense, o jornalista José Vicente Gonçalves passou por diversas emissoras, foi responsável por importantes inovações e pelo lançamento de muitos talentos na imprensa paranaense.

Tinha a dimensão exata da profissão de jornalista e sua conduta sempre foi marcada pela correção, imparcialidade, independência e responsabilidade no ofício noticioso.

Também no serviço público, onde atuou

com destaque, sempre foi reconhecido pela dedicação e competência.

Ultimamente, apresentava programa na Independência AM e era responsável pelo Departamento de Rádio da Secretaria Municipal de Comunicação Social de Curitiba.

Seu passamento entristece, sobremaneira, os meios radiojornalísticos paranaenses, principalmente aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio, do seu aconselhamento e da sua amizade.

##### REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Vicente Gonçalves, ocorrido no dia 28/04/96, às 18:00 horas, nesta Capital.

José Vicente Gonçalves deixa viúva a Sra. Marlene Ribas, quatro filhos (Lucilo Rocini Gonçalves, José Vicente Rocini Gonçalves, Rodrigo Gonçalves e Andrea Gonçalves) e sete netos.

Radialista, trabalhou em São Paulo, Maringá e aqui em Curitiba, onde desenvolveu com grande amor, profissionalismo e dedicação suas atividades nas Rádios Independência, Cultura e por último, Rádio Clube Paranaense onde possuía um programa de informações gerais.

Homem honesto, trabalhador, profissional, amigo e solidário José Vicente Gonçalves, com seu passamento, deixa uma enorme lacuna no seio de sua família, de seu vasto círculo de amigos e radiouvintes, fãs dos seus programas.

Porém, nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família Gonçalves enviando a ela voto de profundo pesar, endereçado à viúva Marlene Ribas: Rua Washington Mansur, nº 962, Ahú, Curitiba/PR, rogando à Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) RICARDO CHAB

##### REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Xavier Vianna, funcionário aposentado deste Poder Legislativo, ocorrido em

data de hoje.

Requer mais, que da manifestação da Casa, seja dado conhecimento à família do extinto, no endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 30.04.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Júlio Xavier Vianna, realizou uma brilhante e longa carreira legislativa, tendo iniciado na Câmara Municipal de Curitiba e passado depois a servir esta Assembléia. Graduando-se pela Faculdade de Direito de Curitiba, tornou-se sucessivamente assessor da Mesa, Procurador e Diretor do Gabinete da Procuradoria desta Assembléia. Até se aposentar na década de 70, Júlio Vianna foi um competente especialista em matéria regimental, prestando assinalados serviços a muitas gerações de Deputados.

Desaparecido aos 74 anos de idade, Júlio Xavier Vianna foi casado com Dora Dirce Miró Vianna e deixa quatro filhos e nove netos; sendo Júlio Xavier Vianna Júnior, engenheiro casado com Ana Iria Gulim Vianna; Cláudia Miró Vianna Bigarella, casada com Luiz Antonio Bigarella; Adriana Miró Benke Pereira, casada com João Geraldo Pereira; Solange Miró Vianna Magalhães, casada com Arthur Teixeira Magalhães Neto, engenheiro civil e empresário.

Deixa ainda a saudade e o respeito de todos que com ele conviveram e que viram na sua figura de pai e esposo, de profissional estudioso, um exemplo para as gerações que estão vindo.

#### REQUERIMENTO N° 1178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER voto de solidariedade às vítimas da tragédia de Chernobyl.

Outrossim desse ciência do mesmo à Central de Representação Ucraniana através de seu presidente José Velgas e à Embaixada Ucraniana através do embaixador Alexandre Nikonemiko.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) JOÃO TECCHY

#### REQUERIMENTO N° 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Rádio Najuá de Irati pela comemoração de seus 18 anos de atividades, dirigidos os cumprimentos ao Sr. Nagib Harmuch.

Com uma linguagem dinâmica, atual e com uma forte presença popular, a Rádio Najuá indiscutivelmente constitui em um

dos marcos culturais mais importantes, de toda a Região Centro-Sul. Tanto no jornalismo como no lazer, a emissora tem sabido corresponder, de modo indelével, as verdadeiras aspirações da sua gente, sendo a sua voz vibrante e altiva.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de congratulações ao Jornal Folha de Irati, pela passagem, neste mês de abril, dos seus 23 anos de fundação.

É inequívoca a grande contribuição que os órgãos sérios de imprensa deste país deram para a consolidação da democracia, tão propugnada pelos brasileiros.

Nesta esteira de importantes contribuições o Jornal Folha de Irati, jamais se curvou nestes 23 anos de vida, diante do processo histórico, pelo contrário, caminhou lado a lado para o progresso e engrandecimento de Irati e toda a sua região, notadamente avançando para o elevado grau de politização de seu povo, dos seus leitores, numa postura honesta e imparcial.

Desta forma, registramos com grande satisfação, os seus 23 anos de existência, cumprimentando a todos que direta e indiretamente, contribuem para o fortalecimento deste poderoso instrumento de utilidade pública e que faz progresso.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 1184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER voto de congratulação ao município de Imbituva.

Outrossim, desse ciência do mesmo a Prefeitura Municipal através do Prefeito e a Câmara Municipal de Imbituva através do Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) JOÃO TECCHY

JUSTIFICATIVA:

Encravado no Centro Sul do Estado, o Município de Imbituva tem uma longa história de tradições, de trabalho e de exemplos que somente somaram à existência de nosso Paraná, uma das mais gloriosas páginas de sua existência.

Centerário, abrigou levas de imigrantes europeus que vieram para seu apoio ao progresso e desenvolvimento de nosso Estado, e que hoje se torna pioneira na união

de suas pequenas e médias indústrias no ramo moveleiro, proporcionando a primeira Cooperativa do ramo, buscando a melhoria de seus produtos a preços mais baixos e com maior retorno à cidade e seus habitantes, além da maior divulgação de sua potencialidade que se insere no contexto estadual.

Imbituva chega a mais um aniversário de Emancipação Política e torna-se justo o reconhecimento desta Casa de Leis ao trabalho de sua gente laboriosa, concedendo esta significativa honraria através deste ato por nós proposto e que vem para homenagear a todos aqueles que ali buscam o melhor para nós, paranaenses e brasileiros.

#### REQUERIMENTO N° 1182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente, via Fax, aos Senadores e Deputados Federais e Líderes de Bancadas partidárias e ao Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Federal, solicitando a rejeição do Projeto de Lei n° 4385 de 1994.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

A ausência de farmacêutico nas atividades diárias e drogarias acarretarão enorme prejuízo a saúde da população. Cumpre ao farmacêutico um importante papel na dispensação dos medicamentos, fazendo daquele estabelecimento, não somente uma atividade mercantilista, mas sim um local de assistência, proteção e recuperação da saúde.

Em nosso país as atividades das farmácias e drogarias, na sua grande maioria, é mercantilista. A saída definitiva dos farmacêuticos, das farmácias e drogarias, como deseja alguns parlamentares, dará a estes estabelecimentos, não somente um caráter meramente mercantilista, mas francamente prejudicial a saúde. Ao contrário do que deseja esta parcela de parlamentares é necessário que o Sistema Único de Saúde através dos órgãos responsáveis, atue agressivamente, em relação aos estabelecimentos, que até criminosamente atua contra a população.

A OMS (Organização Mundial de Saúde) e o Ministério da Saúde reconhecem o papel do Farmacêutico atuando na orientação, no tratamento e nas notificações da DST e outras doenças de interesse da Saúde Pública no país.

#### REQUERIMENTO N° 1177

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo identificado, no uso de suas atribuições e na Forma Regimental, REQUER ao Presidente desta Casa de Leis,

que envie expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Miguel Salomão, solicitando as informações sobre Despesas Mensais no períodos de Janeiro a Abril nos anos de 1995 e 1996 dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, por espécies de gasto, demonstrando participação de cada um dos Poderes na Receita Estadual.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) NEIVO BERALDIN

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 154/96  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatório, a qualquer veículo automotor em trânsito no território do Estado do Paraná, o uso permanente dos faróis baixos ligados, inclusive durante o período diurno.

§ 1° - No período noturno, é obrigatório o uso de faróis baixos ligados no perímetro urbano.

§ 2° - No período diurno, é facultado o uso de faróis baixos ligados, aos veículos que transitarem no perímetro urbano, com exceção de ônibus intermunicipais, motocicletas e aos que trafegam em rodovia estadual.

Art. 2° - O descumprimento desta lei, importará em pena de multa, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

Art. 3° - O Poder Executivo expedirá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta lei, decreto regulamentador.

Art. 4° - No mesmo prazo estipulado no artigo anterior o Poder Executivo promoverá campanhas educativas, discorrendo sobre a importância dos faróis acesos durante o dia e orientando a aplicação da lei nas rodovias no Estado do Paraná.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor em sessenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa de propor o presente projeto de lei se prende ao fato de que o trânsito brasileiro mutila mais de 350 mil pessoas e mata pelo menos 50 mil por ano, sendo que os custos destes acidentes é de R\$ 5 bilhões a cada ano.

Inspirado num projeto de lei semelhante que tramita na Assembléia Estadual do Rio Grande do Sul, do Deputado Onyx Lorenzoni, e por sugestão do Pastor Roberto Luis Schulz, passamos a estudar os benefícios dos faróis acesos durante o dia.

Experiência feita na Suécia e no Canadá nos revela que esta medida simples de estar permanentemente com os faróis baixos acesos, é responsável por reduzir em até 20% as colisões e atropelamentos, aumentando em 60% a visibilidade. Isto se deve a alguns fatores:

Os faróis acesos durante o dia ajuda os pedestres e os motoristas de outros veículos no cálculo da distância, da direção e na noção da velocidade.

O corpo do veículo somente reflete a luz que incide sobre si, tornando muito baixo o coeficiente de Intensidade Luminosa (CIL) para estimular a visão do motorista que vem em sentido oposto. Esta dificuldade de sensibilizar a visão do motorista é aumentada quando ele se encontra cansado e com muitas horas no volante. O farol orientado em sentido reto à visão do outro motorista, causando uma perfeita percepção do veículo.

A ação de ligar os faróis põe em guarda o motorista que prepara-se "para estar alerta a situação de riscos", nas vias públicas.

Os faróis resolveria o problema desta situação hipotética, em que um motorista ao fazer uma ultrapassagem estando cansado, com seus sentidos, especialmente a visão, não plenamente potencializados e tendo o céu nublado, não vê o outro automóvel que tem cor escura, vindo a colidir.

O termo "faróis baixos" tem a mesma definição de Luz Baixa, explicitado no código Nacional de Trânsito, que é um "facho luminoso característico, emitido pelo farol principal e destinado a iluminar uma parte limitada da via à frente do veículo, sem causar excessivo ofuscamento aos outros usuários da via, principalmente aos que trafegam em sentido contrário.

Esta simples medida tem se revelado eficaz, minimizando os acidentes de trânsito, tanto que temos vários motoristas que voluntariamente usam os faróis acesos durante o dia. Queremos criar o hábito e estender mais este instrumento de segurança no trânsito a todos os paranaenses, ponto que, além de ser da competência do Estado estabelecer política de educação para segurança do trânsito, (arts. 23, XII da Constituição Federal e 12, XII da Estadual), é um direito constitucional do cidadão.

PROJETO DE LEI Nº 155/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

# D E C R E T A:

Art. 1º - O Estado repassará 50% do valor das multas arrecadadas com o Estacionamento Regulamentado para os Municípios que possuam a regulamentação.

Art. 2º - Cada Município receberá valores proporcionais às multas aplicadas em seu respectivo perímetro urbano.

Art. 3º - O DETRAN, após o recebimento do aviso de que o proprietário do veículo não regularizou sua situação junto ao órgão municipal, expedirá a multa e, após o respectivo recolhimento, repassará 50% de seu valor ao Município que a aplicou.

Parágrafo Único - O Município beneficiado preferencialmente destinará 50% da verba na melhoria da urbanização e 50% na melhoria do ensino básico.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Finanças do Estado regular as disposições desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.04.96.

(a) EDGAR BUENO

## JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o Estacionamento Regulamentado, nas cidades que adotam este sistema, obriga o proprietário do veículo a comprar um cartão para que possa estacionar seu carro no perímetro urbano. Se o cartão não é colocado ou devidamente preenchido, é deixado no veículo um aviso de irregularidade, para que o proprietário venha a regularizar sua situação junto ao órgão ou empresa municipal encarregada do serviço. É uma pequena taxa, geralmente equivalente ao valor de 10 cartões de estacionamento. Porém, se a situação não é regularizada, o órgão ou empresa municipal notifica o DETRAN de que o veículo provocou uma infração, originando, assim, a multa.

A multa aplicada pelo DETRAN, de valor bem mais elevado, é imposta ao proprietário do veículo e não é repassada ao Município, o que é uma incongruência. É o Município que mantém todo o pessoal responsável pela fiscalização do uso do cartão. É também o Município que notifica o veículo e envia o aviso ao DETRAN, enfim, tudo é feito pelo município.

O que pretendo com o presente projeto, é que parte da multa seja repassada a quem efetivamente presta o serviço. Do contrário, e é como vem acontecendo, podemos chegar a um paradoxo: se ninguém utilizasse o cartão e não regularizasse a situação, o município ficaria apenas com o ônus do serviço.



PROJETO DE LEI N° 156/96  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1° - Fica alterado o art. 12, da Lei n° 8.927, de 28 de dezembro de 1988, que institui o imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - A alíquota do imposto é de 2% para qualquer transmissão."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.05.96.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A carga tributária que incide sobre o contribuinte brasileiro é ampla, complexa e excessivamente onerosa. De acordo com a situação social, política e econômica pela qual atravessa o Estado Brasileiro, o poder público responde à problemática através de encargos tributários.

O imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens e direitos (art. 155, I, alínea "a", inciso primeiro e art. 34, inciso sexto da CF/88 e Lei 8.927 de 28.12.88 da CF) institui o valor da alíquota em 4% (art. 12 da Lei 8.927). Grande parte da população brasileira carece de recursos, porém, carece com urgência de sobrevivência digna, traduzida em moradia, educação e saúde.

O presente Plano de Lei tem o intuito de reduzir a alíquota do imposto de transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos para o valor de 2%. A redução dessa alíquota busca viabilizar de forma legal e concreta a situação de bens imóveis oriundos de heranças e doações, tornando mais abrangente a parcela da população carente capaz de arcar com um imposto justo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orados inscrito, Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A imprensa tem divulgado essa semana os dados de pesquisa sobre o desemprego em Curitiba e região metropolitana. De janeiro para cá vem numa reta ascendente já superando a marca de 130.000 trabalhadores desempregados. O Desemprego que tem sido chamado de o mal do final de século, tem as suas razões de existir de acordo com a visão capitalista ou de acordo com a visão do desenvolvimento econômico do capitalismo internacional porque neste período to-

do, quando aumenta o desemprego, as grandes empresas têm aumentado a sua lucratividade. Deve ser discutido políticas que combatam o desemprego e nós, do Partido dos Trabalhadores temos propostas já formuladas a nível nacional, já apresentadas à opinião pública que poderão reduzir o desemprego em nosso País.

Para se ter idéia, há 100 anos atrás trabalhava-se nos países capitalistas desenvolvidos, uma média de 2.800 horas/ano, o que correspondia a uma jornada de trabalho de 55 horas por semana para um trabalhador e uma semana de férias por ano, isto há 100 anos atrás. Hoje, nos Estados Unidos já se trabalha uma média de 1.600 horas/ano e na Suécia 1.400 horas/ano, que corresponde a uma jornada de 30 horas semanais e 6 semanas de férias por ano. Se há o desenvolvimento do capitalismo, se houve o desenvolvimento do capitalismo ao patamar que chegou, com grande concentração de renda e riqueza, é momento de se discutir a redução da carga horária de trabalho como já vem reivindicando a Confederação Européia de Sindicatos e alguns daqueles países já têm apontado o rumo à esta redução da carga horária.

Isso é necessário para que se possa ampliar o nível de emprego. O Poder Público deve inibir as horas extras que hoje são feitas de uma maneira sem controle e a hora extra deve se tornar onerosa para o patrão e não atrativa para o trabalhador e essa diferença entre o pago e o recebido deve ser construído um fundo de amparo ou de desenvolvimento às pequenas e micro empresas na criação de novos empregos para os trabalhadores.

Deve o poder agir de uma maneira a inibir a demissão desmotivada; a atual legislação estimula o desemprego e esgota recursos do Tesouro ao ter que pagar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Nós sabemos que algumas ações têm que ser feitas. Hoje a maioria das empresas demitem o trabalhador e contrata-o através de uma empresa, terceirizando os seus serviços.

Para inibir esse tipo de prática, para inibir que trabalhadores sejam demitidos com salários maiores e contratados com salários menores, deve ser garantido ao trabalhador terceirizado os mesmos direitos ao trabalhador da empresa-mãe, ou seja, a isonomia de tratamento. Nós sabemos que a lei em nosso País, a lei trabalhista é descumprida constantemente, diariamente. Para se ter idéia a cada ano ingressam na Justiça um e meio milhões de ações trabalhistas em todo País.

Isso decorre da absoluta impunidade, para se ter um exemplo, países como Espanha, o descumprimento da legislação trabalhista pode levar o empregador a ser pre-

so.

Nós devemos buscar meios para que esses péssimos patrões, que desculpe a lei trabalhista, sejam penalizados.

Nós sabemos hoje que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, FNDES, tem seu capital constituído com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, que repassa 40% de sua receita, e no entanto, na hora da privatização de grandes empresas estatais, o FNDES financia com emprego, com dinheiro do FAT, a compra dessas empresas.

A primeira coisa que ocorre após a privatização é a demissão de 1/3 ou até a metade dos trabalhadores daquelas estatais, o que significa que o próprio dinheiro que vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador é usado para demiti-lo.

Nós, do PT, defendemos que o FAT seja usado de uma maneira à criação de empregos e não usado para aumentar o desemprego.

Estas são algumas das propostas que o Partido dos Trabalhadores está levando a nível nacional, para discutir com a sociedade, visando o aumento do nível de emprego do nosso País.

Porque se era para existir a proposta votada no orçamento e as propostas que estão sendo votadas no Congresso Nacional e Reforma Administrativa e de outras reformas, não dará resposta ao nível de desemprego e acarretará ainda o maior desemprego em nosso País.

O Poder Constituído, o Poder Federal, o Governo Federal tem que agir completamente em cima de pontos para que se encaminhe a resolução, e não somente atenuar a atual situação da classe trabalhadora brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Horário das Lideranças: PSDB com a palavra.

(Declina)

PFL, PTB, PMDB, PT, PTB, PDT. Liderança do Governo.

(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente.

Curitiba, terça, em 30.04.96

diente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/95, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 81, de 28.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 258/95

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Renato Adur, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

FUNDAMENTAÇÃO

Mister se faz denegar o trâmite da presente proposição nesta Casa de Leis, pela razão que a citada entidade já foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7.970, publicada no Diário Oficial nº 1920, de 03.12.84.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, opinamos pela REJEIÇÃO do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Vila Leonice - ALEALU, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 98, de 17.08.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 319/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ALEALU - Associação Comunitária de Vila Leonice, com sede e foro nesta Capital.

Dispõe a Lei nº 6.994/78:

"Art. 1º - As Sociedades Cívicas, as Associações e as Fundações constituídas no



Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações, e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes a mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 03

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 397/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fraternidade Feminina Amor e Doação, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 131, de 09.10.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 397/95

P A R E C E R:

O plano de lei do Deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública estadual a Fraternidade Feminina Amor e Doação, com sede e foro no Município de Dois Vizinhos.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei n° 6994/95.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATTI - Relator

#### ITEM 04

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

535/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação João Paulo II, com sede e foro no Município de Santa Amélia - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 177, de 06.12.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 535/95

P A R E C E R:

#### Relatório

O Plano de Lei em tela, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação João Paulo II, com sede e foro no Município de Santa Amélia.

#### Fundamentação

Pretende-se com tal propositura beneficiar uma entidade que se destina a prestar assistência social às pessoas carentes, inclusive amparando os idosos do município e localidades vizinhas.

Analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, verificou-se estarem cumpridos todos os requisitos exigidos por lei.

#### Conclusão:

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BÁSILIO ZANUSSO - Relator

#### ITEM 05

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 542/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D. A. n° 179, de 07.12.95).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 542/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 542/95, de autoria do nobre Deputado Nelson Tureck, objetiva declarar de Utilidade Pública Guarda Mirim de Moreira Sales, com sede e foro no Município de Moreira Sales.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, cuja finalidade é a assistência a menores carentes, promovendo seu bem estar e ajustamento social.

A documentação prevista em lei está completa, não havendo nenhum óbice legal, regimental ou constitucional à sua tramitação nesta Casa.

Desta forma, opinamos favoravelmente à aprovação do referido projeto, podendo o mesmo ser levado à apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê - ABEG, com sede e foro no Município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** Publ. no D. A. nº 179, de 07.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 543/95

P A R E C E R:

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê - ABEG, com sede e foro no Município de Goioerê.

O Projeto de Lei nº 543/95 de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente de Goioerê - ABEG, com sede e foro no Município de Goioerê.

A proposição atende a todos os requisitos da Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria. Por este motivo, o nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a Mesa, requerimento do nº 1176, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1177, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1178 e 1184, de autoria do Sr. Deputado João Tecchy, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1179 e 1180, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1181, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1182, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1183, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao ilustre Deputado Augustinho Zucchi e, em seguida, ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, agradeço a Vossa Excelência pela deferência em me conceder a palavra Pela Ordem, apenas para registrar, aqui, nesta Sessão, que hoje pela manhã, tivemos a Comissão de Agricultura e o Bloco Parlamentar Agropecuário, representado pelo Deputado Orlando Pessuti na sua presidência, uma reunião com os suinocultores do Paraná. Com a presença de outros Deputados: do Deputado Cezar Silvestri, do Deputado José Maria Ferreira, da Deputada Ironi Pugliesi, do Deputado Irineu Colombo, do Deputado Edgar Bueno, enfim, outros companheiros, Deputados que participaram desta reunião.

Discutimos com relação a situação da suinocultura nacional e, evidentemente, o reflexo que isto está tendo no Estado, já que esta atividade é uma atividade representativa do setor agropecuário do Paraná. Diante de todas as dificuldades, de todos os problemas enfrentados pelos suinocultores, se tiraram algumas posições a serem encaminhados por esta Casa, que serão feitas através de requerimentos à Mesa e, também, através de ofício a ser encaminhado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, pela Comissão de Agricultura, com todos os Deputados, que participaram desse debate.

Fica aqui, então, Senhor Presidente, nesta Questão de Ordem, o registro da preocupação, através da participação do Bloco Parlamentar Agropecuário e da Comissão de Agricultura, da situação difícil pela qual passam os suinocultores do Estado do Paraná. Vendendo o seu produto, ou seja, a carne suína a cerca de cinquenta centavos o quilo, pagando oitenta centavos para produzir, com o milho a um preço muito elevado, já que o milho é um dos ingredientes fundamentais, para a composição da ração que dá a sustentação à produção desta atividade.

Além de problemas de ordem econômica, temos o problema praticamente de ordem social, já que muitos produtores, suinocultores fazem desta atividade, a principal atividade da sua propriedade, da manutenção de suas famílias.

Fica registrado, aqui, esta reunião ocorrida no Plenarinho com a participação de toda a imprensa do Paraná, da Região Metropolitana e da Capital do Estado, mais que pelo alcance de todo o Estado do Paraná e que deveremos acompanhar passo-a-passo essa reivindicação dos suinocultores, através da Associação Paranaense de Suinocultores, que é a entidade máxima que congrega os agricultores, que são vinculados a esta atividade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra ao ilustre Depu-

tado Edgar Bueno, é com satisfação que a Mesa Executiva, por deferência do Deputado Plauto Miró Guimarães anuncia no nosso meio, o ex-colega, nosso companheiro, homem "camisa dez" da educação do Paraná, o ex-Deputado Paulo Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o assunto que me fez pedir a Questão de Ordem, foi para anunciar exatamente este companheiro Paulo Maia, que além de Diretor da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, é também Presidente do Conselho Estadual de Educação, no qual vem fazendo um grande trabalho pela educação do Paraná.

Parabéns. Receba as nossas boas vindas, em nome do Líder do PDT e também do Líder do Governo, Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao ilustre representante da Região Sul, o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Faço as palavras do Deputado Edgar Bueno, quando presta a homenagem ao nosso ex-colega, Deputado Paulo Maia, nosso professor e que está a frente da Secretaria de Educação e tem, na verdade, democraticamente dado atenção especial, principalmente, na minha região de Irati.

Muito obrigado pelo atendimento e também pela sua presença, professor Paulo Maia.

Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa, e informar inclusive este Parlamento, que hoje pela manhã faleceu aqui em Curitiba o ex-Prefeito Emanuel Felipe Rodrigues de Moraes, que é o ex-Prefeito do Município de Inácio Martins e está sendo guardado o seu corpo aqui na Capela Mortuária do Cemitério Municipal aqui na Capital do Estado do Paraná. É com um profundo pesar que informamos à Casa, porque tratava-se de uma pessoa extremamente importante no Sul do Paraná, ex-Prefeito, uma Liderança que estava em pleno vigor e que infelizmente essas paradas cardíacas que acontecem, acabou levando a vida daquele companheiro nosso.

E também, queria registrar que hoje pela manhã, a Comissão Especial que trata do entendimento entre a Indústria João José Zattar e a AFATRUP - Associação das Famílias dos Trabalhadores Rurais do Município de Pinhão, estivemos reunidos hoje pela manhã, com a presença dos Deputados João Techy, Deputado César Seleme, Deputado Irineu Colombo, Deputado Milton Puppio e evidentemente deste que vos fala, duas reuniões. A primeira com os represen-

tantes das famílias da Associação dos Trabalhadores Rurais e posteriormente às 11:00 horas com os representantes da empresa.

O entendimento está muito claro, muito forte, a empresa já colocou à disposição do Estado, do Governo Federal, do Governo Estadual, nada mais e nada menos, mais de 15 mil hectares que poderão ser desapropriados para se consolidar lá um assentamento na área rural e há possibilidade inclusive de avançar um pouco mais. Esta pré-disposição da empresa em colocar num entendimento único com os próprios agricultores, tem sido um motivo, até porque não dizer, de grande satisfação desta Comissão, de perceber claramente que a maneira que está acontecendo hoje entre os sem-terras e as empresas, está havendo um avanço muito grande, principalmente nesses últimos tempos.

Para se ter uma idéia, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Vossa Excelência que é um profundo conhecedor dos problemas sociais do nosso Estado, para se ter uma idéia, alguns tempos atrás, lá no Pinhão, foi palco aqui de denúncias graves, dado conflito e embates entre os proprietários da terra e as famílias que não têm terra.

Hoje, para se ter uma idéia, está acontecendo exatamente na região que no passado, de conflito, mas hoje de muita paz pela "bandeira branca", está acontecendo um baile promovido entre a empresa e as próprias famílias que são mais de 400 famílias, estão promovendo uma festa em homenagem ao dia do trabalhador, que é amanhã, dia 1º de maio. Coisa inédita no Pinhão, e para nós, no Paraná, a empresa coloca hoje à disposição, mais de 7 mil alqueires para que façam e se consolide de vez uma reforma agrária modelo dentro do nosso Estado, lá no Município de Pinhão.

E queremos registrar, Senhor Presidente, que está sendo possível este entendimento, porque o Deputado Anibal Khury, Presidente desta Casa, que tem o comando político daquele município, tem dado todo o apoio a esta Comissão e também nos assessorando com um pessoal técnico, com advogados e outros companheiros de trabalho desta Casa.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra Pela Ordem, ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Eu, fazendo uma reflexão sobre o que o Deputado Toti Colaço fala nesse exato momento, sobre esta reunião entre empresários, nesta festa de congratulação, tive, atentamente, Deputado - fico até feliz que

aconteça isso, na sua região, onde Vossa Excelência eu não considero que Vossa Excelência represente apenas essa região - acho que aqui todos são Deputados eleitos pela família paranaense, são Deputados do Paraná.

Mas Vossa Excelência é a voz desta região produtora, fico aqui pensando as críticas que o meu Governador tem recebido, Governador Jaime Lerner, Governador de São Paulo, Mário Covas, Governador de Minas, do Rio Grande do Sul, Deputado Augustinho Zucchi, fico aqui preocupado, mas ao mesmo tempo, esta semana fiquei a frente da televisão e tive o capricho de sintonizar a TV Paranaense, o Grupo Paulo Pimental SBT, a Rede Record através da Rede Independência, a Fede Bandeirantes, a TV Cultura na Opinião Nacional, e comecei a analisar a indicação do novo Ministro da Reforma Agrária. Ele é um homem socialista, de esquerda Deputado Augustinho Zucchi, e hoje quem cobra a Reforma Agrária nesse País é a esquerda dominante desse País que cobra a Reforma Agrária imediata nesse País.

Agora, fico até feliz pelo gesto do Presidente Fernando Henrique de ter nomeado um homem de esquerda, um homem socialista para o Ministério da Reforma Agrária. Agora é que vamos ver a onça beber água, porque a esquerda ela cobra, ela exige, ela grita, ela vai às ruas pintam as caras e gritam para que haja uma Reforma Agrária.

Vocês entendam por favor o que estou dizendo: a esquerda vai às ruas grita, exige, dizendo que não têm Reforma Agrária, que é uma mentira, que estão matando, que estão assassinando, que estão rasgando a Constituição na cara dos sem-terra desse País. Agora Presidente Fernando Henrique, num gesto de felicidade Deputado Toti Colaço, nomeou um homem socialista, de esquerda para resolver o problema da Reforma Agrária. Agora é a hora de a onça beber água, porque o Governador Jaime Lerner tentou implantar uma reforma no Paraná construindo as vilas rurais, não era uma Reforma Agrária, mas plantou uma semente, uma semente foi plantada, e o Governador levou pau. Quer dizer, é muito fácil você não estando no Poder você criticar, mas você tem que fazer críticas construtivas como essa que Vossa Excelência indiretamente fez aí, dizendo que vai haver um conagraamento na sua região entre a classe empresarial e a classe trabalhadora. Então veja bem, o governador plantou uma semente no Paraná, mas mesmo assim, a esquerda diz: - não, isso é enganação! Porque o Jaime não está fazendo. Ora! mas ele plantou, outros que estavam aí não plantaram essa semente, outros que passaram pelo meu Estado não plantaram semente. E o meu Go-

vernador plantou a semente.

Agora vejam bem, o que está acontecendo, estão matando os sem-terra. Olha! é que nem o que está acontecendo na Candelária no Rio de Janeiro Deputado Toti, levaram um menino lá para a Suíça, trouxeram o menino, botaram o capuz, botaram o colete a prova de bala, o menino já caiu em contradição no depoimento lá no Rio de Janeiro, já está sendo o mentiroso da história. Quer dizer, se vocês vissem hoje o Bom Dia Brasil na Rede Globo o Repórter entrou direto do Rio de Janeiro para a TV Paranaense e já disse que o menino que veio lá da Suíça, que estava lá, que ia desmontar a polícia que aconteceu esse descalabro na Candelária, já a Promotoria desmascarou ele. Já não é bem essa história, já caiu em contradição, já não está batendo nada, o moleque já não está falando coisa com coisa, é por aqui, não é por aqui, já não está batendo o depoimento.

Então só quero terminar o meu raciocínio, parabéns ao Presidente Fernando Henrique. O novo Ministro da Reforma Agrária do Brasil é um Socialista e um homem de esquerda, agora é a hora da onça beber água. Não adianta dar um pedacinho de terra. Tem que vir o adubo, não é Deputado Pessuti? Vossa Excelência que preside o bloco Agropecuário, tem que ter o adubo; tem que ter o inseticida; tem que cercar a propriedade; tem que ter financiamento e subsídio do Banco do Brasil; tem que ter subsídio do Banco do Estado do Paraná, que é hoje o 1º no Ranking Nacional. Falo com orgulho. O Banco vai ter que aplicar na agricultura. Quer dizer; dar um pedaço de terra é muito fácil. Vamos fazer a reforma agrária? Vamos. Vamos comprar a fazenda do Toti Colaço, do Deputado Bueno, do Techy. Vamos comprar o sítio do Pessuti, agora lá está tudo pronto. Agora dar terra pura, sem nada, e botar lá o trabalhador no meio da terra, sem teto para morar, sem cavalo, sem arado, sem inseticida, sem adubo, sem dinheiro, meu amigo, isso não é reforma agrária.

Está de parabéns o Presidente Fernando Henrique, um socialista irá fazer a reforma agrária no País. Agora é hora da onça beber água. Aguardem. Quem viver verá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado as Questões de Ordem da Sessão da tarde de hoje. Convocamos, para próxima quinta-feira, a reunião das comissões desta Casa, não havendo Sessão Plenária, bem como na próxima segunda-feira, que aqui estarão a delegação do Estado de Goiás dos Deputados e da Deputada de Goiás, que aqui virá em entendimento com a Presidência e com a Mesa Executiva desta Casa num intercâmbio entre Goiás e Paraná. E também não

haverá Sessão segunda-feira transformando em Sessões de Comissões. E a próxima Sessão nossa Ordinária será feita na próxima terça-feira, dia 07 de maio. Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para comunicar que hoje tivemos a presença do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Carlos Nunes do Nascimento, na CCJ, que veio dar explicações àquela comissão e a esta Casa, com relação a criação dos Juizados especiais. Matéria que já teve aprovação hoje, não seria eu a pessoa credenciada a comunicar isto, mas sim o Presidente da CCJ, Deputado Joel Coimbra, mas faço em função da sua ausência. Foi a primeira vez na história da Assembléia Legislativa, e lembrava bem o Deputado José Tavares, que um Presidente de um Poder vem a Comissão interna da Assembléia. Se, já era difícil vir um dos Poderes para algum esclarecimento a nível de Plenário, a nível de Comissão, foi talvez a primeira na história da Assembléia. O Presidente do Tribunal fez uma ampla explicação a respeito da criação dos Juizados especiais, que são os antigos Juizados de Pequenas Causas, uma criação do Dr. Da Conceição Machado, que é Desembargador aposentado agora, que é, sem dúvida alguma, um grande avanço na área da Justiça com a transformação do Juizado de Pequenas Causas em Juizados especiais. Foi uma sessão das mais importantes. Tivemos, além dos Deputados normais da CCJ, os demais Deputados que lá compareceram, puderam absorver os esclarecimentos e esta matéria deverá vir a plenário nos próximos dias, já que é matéria de regime de urgência e acredito eu que na próxima terça-feira quem sabe, essa matéria faça parte da Ordem do Dia, porque é uma matéria importantíssima para a Assembléia e para o Estado do Paraná, como de resto, deverá vir nos próximos dias a plenário também a mensagem do governador com relação à questão das debêntures. São matérias importantes que a Assembléia vai se debruçar a partir da semana que vem, com muito afinho.

Era o esclarecimento que queria fazer à Casa.

#### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito

O SR. JOSE TAVARES - Senhor Presidente, agradeço a Vossa Excelência, assim como agradeço as palavras do Líder do Governo, Algaci Túlio, e gostaria também de dizer que essa Casa hoje recebe a visita ilustre do Presidente do egrégio Tribunal de Justiça. Sem dúvida, um acontecimento histó-

rico para a Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa, porque como bem disse Sua Excelência o Líder do Governo, até hoje não foi registrado nos Anais desta Casa, a visita de um chefe de outro Poder à Comissão de Justiça para discutir uma matéria cuja competência constitucional é daquele Poder.

Quero registrar o apoio que a Comissão de Justiça vem dando às matérias oriundas do Poder Judiciário e quero destacar que, dentre as várias matérias, estas duas: a que aprovamos recentemente, que cria as Varas de Execuções Penais nas cinco Comarcas de Entrância Final: Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu; e também a Vara da Infância e da Juventude, em seis outras Comarcas, sendo uma em Curitiba e cinco nas Comarcas a que me referi. É a grande demonstração do interesse do Judiciário e desta Casa para com a problemática da Execução Penal, do preso, da superlotação carcerária e do menor, que é o menor infrator, o menor abandonado, aquele que está aguardando um processo de adoção.

Quero também dizer que com relação aos Juizados Especiais, cuja presença do Presidente do egrégio Tribunal de Justiça se fez necessária nesta Casa e para nossa honra. É uma matéria da maior relevância. É a democratização da justiça, é a justiça mais próxima do cidadão e muito me honra em ouvir do Líder do Governo, o seu apoio indispensável para tramitação dessa matéria na próxima semana.

Mais uma vez esta Casa estará dando uma grande contribuição, um grande exemplo para o aprimoramento da justiça e para fazer com que a justiça fique mais próxima do indivíduo e ao mesmo tempo, que essa justiça seja gratuita, e seja uma justiça eficaz, seja uma justiça da qual todos possamos dela nos orgulhar.

Portanto, a Casa está de parabéns e gostaria ao final de destacar - e não poderia ser diferente - o apoio que temos recebido do nosso querido presidente Deputado Anibal Khury, sem cujo apoio, nada disso do que acabamos de relatar, teria sido possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrando a reunião da tarde de hoje, em nome da Mesa Executiva, do Presidente Anibal Khury, de todos os componentes desse Poder, cumprimos no dia de amanhã, o Dia Mundial do Trabalho.

Por solicitação do ilustre Deputado Jocelito Canto, do Deputado Plauto Miró Guimarães e deste que vos fala no exercício da Presidência do Péricles Mello, anunciamos a presença do Vereador Dinho Moro que tem defendido os interesses da



sua comunidade, na família de todos nós. Nossos parabéns e também registrada a anuência do ilustre jornalista, radialista e homem da imprensa, nosso colega 2º Secretário, Luiz Carlos Alborghetti.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Deputados para o trabalho nas Comissões, nos dias 02 e 06 de maio.

Marca ainda, uma sessão ordinária para terça-feira dia 06, à hora regimental com a seguinte

# ORDEM DO DIA,

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 319, 397, 525, 542 e 543/95.

Levanta-se a sessão.

## Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

## R E S O L V E:

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/96

prover, Maria de Lourdes Elias, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de abril de 1996.

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/96

I - exonerar, a pedido, ESMAEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, DINIZ SPADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de abril de 1996;

III - prover, ESMAEL DE CARVALHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de abril de 1996;

IV - autorizar ESMAEL DE CARVALHO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/96

I - exonerar, a pedido, AYTTON LOPES DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, ANSELMO PEREIRA FAUSTO,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de abril de 1996;

III - autorizar ANSELMO PEREIRA FAUSTO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 2877)

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 082/96

I - exonerar, a pedido, CLARI MARIA GOSLAR LOPES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de abril de 1996;

II - exonerar, a pedido, DALVA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de abril de 1996;

III - prover, DALVA MARIA RIBEIRO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 2968)

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 083/96

I - exonerar, a pedido, RICARDO DE ALMEIDA LEITE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, MARCELO AUGUSTO SANTOS RIGLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Ângelo Vanhoni, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 3049)

### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 084/96

I - exonerar, a pedido, IARA BEATRIZ DE FREITAS SPADA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de abril de 1996;

II - exonerar, a pedido, TEREZINHA SPADA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de abril de 1996;

III - exonerar, a pedido, PEDRO MATEUS MENEGATTI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Turismo, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de abril de 1996;

IV - prover, TEREZINHA SPADA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Turismo, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de abril de 1996;

V - autorizar TEREZINHA SPADA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e



Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

VI - prover, PEDRO MATEUS MENEGATTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de abril de 1996;

VII - prover, EMERSON PEIXOTO OLIVEIRA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prots. nºs 3075, 3076 e 3077)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.04.96.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 086/96

Prover, JEAN FRANCO SAGRILLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 3111)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.04.96.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 087/96

I - exonerar, a pedido, os funcionários abaixo relacionados, todos ocupantes de cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de abril de 1996, conforme especifica:

DAS-5: CLÁUDIA FERRONATO

DAS-5: CLEYTON BATISTA FIGUEIREDO

DAS-5: ADÉLIA LEMES POMPEU DA SILVA

1-G: MARLI FERNANDES

1-G: MARIBEL CRISTINA GEISEL

1-G: MARIA MARY HELLER MARBA

1-G: LOURDES BERNADETE DA SILVA STAVIS

1-G: GILBERTO ALVES PINTO

1-G: MARIA CRISTINA MULLER BERNARDI

1-G: GENIVAL JOÃO DE BAFROS

II - prover, os funcionários abaixo relacionados, para exercerem os cargos em Comissão, junto ao Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de abril de 1996, conforme especifica:

DAS-5: REGINA LUBKE

DAS-5: FÁBIO AUGUSTO TAVARES DA SILVA

DAS-5: SAULO COLAÇO VAZ

3-G: EDITE SCHEIFFER MAIA

1-C: MARIA HAWRESZKO MOLLOSI

1-G: ODETE DE FÁTIMA BELTER PINHEIRO

1-G: ERONYLCE TESSEFOLLI

1-G: LIANA CRISTINA DA CUNHA

III - autorizar REGINA LUBKE, FÁBIO AUGUSTO TAVARES DA SILVA e SAULO COLAÇO VAZ, a prestarem serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de abril de 1996, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 3154)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 088/96

I - exonerar, a pedido, LUIZ GUSTAVO TAVARES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, DENISE TAVARES MORT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 3153)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.04.96.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 089/96

prover, JOELSON JUK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Irineu Colombo, a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 3310)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 090/96

I - exonerar, a pedido, MARCOS ROBERTO RAMOS DUARTE, do cargo em comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT., a partir de 1º de abril de 1996;

II - prover, ALESSANDRA APARECIDIA SERRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PT., a partir de 1º de abril de 1996.

(Prot. nº 3311)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.04.96.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário